




1964 e o debate que não terminou: reflexões sobre a terminologia “civil-militar” e a natureza da nossa última ditadura


Lucileide Costa Cardoso


Professora Visitante Sênior (Universidade Autônoma de Madrid, 2020). Pós-doutora em História Contemporânea, (U. do Porto, 2016). Doutora em História Social (USP, 2004).

 <https://orcid.org/0000-0001-5080-3387>

Bruno de Oliveira Moreira

Professor efetivo de História do Instituto Federal da Bahia (Campus Santo Amaro). Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

 <https://orcid.org/0000-0001-6294-4814>

 <http://dx.doi.org/10.28998/rchv15n29.2024.0003>

Recebido em: 14/02/2024

Aprovado em: 10/05/2024

1964 e o debate que não terminou: reflexões sobre a terminologia “civil-militar” e a natureza da nossa última ditadura

RESUMO

O propósito do artigo é uma sistematização do debate historiográfico sobre o uso que o conceito de ditadura tem provocado nas interpretações sobre a natureza do golpe de 1964 e do regime daí eclodido. Sem pretensões de totalidade, realizamos um cruzamento de escritos das áreas de História e Ciências Sociais, do ponto de vista da defesa ou do distanciamento da adoção do termo “civil-militar” como categoria explicativa para definir este período singular da história brasileira. Situamos esse debate historiográfico e político no contexto dos 50 anos do golpe em 2014, quando novas contendas foram disseminadas. Pensamos que em 2024, efeméride dos 60 anos do acontecido em 1964, esse debate, já consolidado dentro e fora da Academia, possa resultar em entendimento histórico a ser balizado por novas batalhas memorialísticas e historiográficas.

Palavras-chave: historiografia brasileira; ditadura civil-militar; memória.

1964 and the debat that did not end: reflections on “civil-military” terminology and the nature of our last dictatorship

ABSTRACT

The purpose of this article is to systematize the historiographical debate that the use of the concept “civil-military dictatorship” has provoked in interpretations about the nature of the 1964 coup and the regime that emerged from it. In order to do so, we will seek to carry out a cross, without pretensions of totality, of writings in the area of History and Social Sciences, from the point of view of defending or distancing from the adoption of this term as an explanatory category to define this particular period of brazilian history. We place this historiographical and political debate in the context of the 50th anniversary of the coup in 2014, when new disputes were disseminated. We think that in 2024, 60th years after the 1964 coup, this debate, already consolidated inside and outside the Academy, may result in a historical understanding to be guided by new memorialistic and historiographical battles.

Keywords: brazilian historiography; civil-military dictatorship; memory.

A origem da palavra *ditadura* remonta à Roma Antiga, em sua fase republicana, designando órgão extraordinário que poderia ser invocado, conforme limites constitucionais rígidos, para o enfrentamento de uma situação de emergência. Desta forma, o ditador detinha um poder que, apesar de bastante amplo, era limitado pela Constituição, com limites temporais e jurisdicionais rígidos. Assim, não era possível extrapolar o que estivesse estabelecido juridicamente, como revogar ou alterar a Constituição, por exemplo (Stoppino *apud* Bobbio, 1998, p. 368)¹.

Enquanto a ditadura romana antiga era um órgão excepcional e temporário, a ditadura moderna é uma forma de governo durável, que inscreve sua longevidade de acordo com as condições políticas e sociais que lhe circunda e cuja deflagração parte de ações que extrapolam ou subjagam o texto constitucional em vigor (Stoppino *apud* Bobbio, 1998, p. 368).

Do ponto de vista social, a principal característica da ditadura moderna é a supressão de liberdades e uma prática social baseada na intolerância contra aqueles que não comungam com os princípios e valores do regime instituído. Portanto, a noção de direitos humanos, consolidada ao longo dos séculos XVIII-XIX, perde o seu sentido de conservação e diferenciação do público e do privado. Normas de vigilância, controle e repressão passam a imperar e mutilar os direitos constitucionais, os quais deveriam preservar e regular a vida em sociedade. Em certos casos, um novo edifício jurídico (constituição, atos, decretos etc.), muitas vezes precário e/ou instável, é erguido para tentar legitimar as ações de força (Stoppino *apud* Bobbio, 1998, p. 368).

Uma distinção possível no seio das ditaduras é aquela cunhada por Franz Neumann, que buscou distinguir as “ditaduras totalitárias” das “ditaduras simples”, segundo suas próprias terminologias. Esta última seria baseada na utilização dos meios tradicionais do poder executivo (exército, polícia, burocracia), possuindo limitada capacidade de propaganda e de penetração direta nas instituições e nos grupos sociais, bem como conseguindo apenas exercer repressão à oposição, contentando-se com uma massa com baixa participação na política e com uma classe dirigente disposta a colaborar. Diferindo desta, a ditadura totalitária, por sua vez, empregaria além dos mecanismos tradicionais de dominação, o instrumento particular do partido único (“monopolista”) e estaria marcada pela transição para um Estado policial, além da sincronização do conjunto das organizações sociais em sua volta, controlando meios

¹ Além da síntese elaborada por Stoppino em Bobbio *et al.* (1998), ver também o conhecido (e inacabado) ensaio de Neumann (1969). Para uma tomada panorâmica do conceito de ditadura, ver também Rollemberg e Quadrat (2010, p. 16-30).

de comunicação, a educação e também as instituições econômicas (Neumann, 1969)².

Na medida em que as experiências históricas estão inscritas em temporalidades diversas, culturas políticas e padrões de sociabilidades variáveis, as ditaduras no mundo também apresentam características distintas. Neste sentido, é importante pensar que a relação de uma ditadura com suas respectivas populações, o grau de manutenção de instituições herdadas da institucionalidade vigente em período anterior, o grau de intervenção nos organismos sociais públicos ou privados, também variam bastante de acordo com as historicidades que as produzem.

No entanto, como esforço conceitual de síntese, podemos compreender que a ausência de liberdades, o emprego da violência em menor ou maior grau e a opressão econômica agrupam grande parte das ditaduras em todo o mundo. Ademais, entre os fatores que se localizam historicamente em meio a implantação de uma ditadura na história recente, também podemos destacar a fragilidade prévia de instituições políticas clássicas de uma sociedade liberal burguesa³, além de crises profundas de ordem econômica, política ou social, as quais possibilitam muitas vezes a construção de um *ethos* discursivo que busca viabilizar sua irrupção tanto junto a estratos dominantes destas sociedades quanto a setores que de algum modo possam atuar decisivamente para a fabricação de consensos que a viabilize, geralmente em torno da ideia de uma solução autoritária para as crises vividas. Respostas simples (e autoritárias) para questões sociais complexas, geralmente marcam o cenário prévio de eclosão de tais regimes e também conferem sentido ideológico enquanto os mesmos se encontram em funcionamento.

Neste sentido, as ditaduras modernas presumem determinadas construções discursivas que se inscrevem de maneira determinante em sua operacionalidade. Geralmente formulam a existência de um “outro”, que é maléfico, que precisa ser

² O autor formula ainda a perspectiva da “ditadura cesarista”, nos casos em que ditador sente-se compelido a acumular apoio das massas, numa dimensão pessoal, em geral por conta da observação de algum grau de articulação política destas. O cesarismo pode ou não estar combinado a uma ditadura do tipo “totalitária” (Neumann, 1969, p. 261). Este ensaio de Neumann tem sido utilizado bastante desde sua publicação póstuma em 1964. É resgatado, por exemplo, por Rollemberg e Quadrat (2010).

³ Convém aqui uma demarcação. No contexto da Comuna de Paris de 1871 e da Revolução Russa de 1917, o termo “ditadura do proletariado” passou a designar um momento de transição e consolidação de uma nova forma de governo, de superação da ordem capitalista, tendo em vista a gradual construção da sociedade comunista. Neste caso particular, o conceito e sua apreensão política são direcionados a uma anteposição ao regime homogeneizado pelo capital, responsável por um sistema opressivo de classe que submete o proletariado, e que na compreensão de Marx e Engels, em atenção ao comportamento da opressão burguesa, deverá ser superado através da tomada revolucionária do poder. Neste caso específico, o sentido de *ditadura [revolucionária] do proletariado* inscreve-se numa natureza semântica/política particular, que aponta para a construção do Estado Socialista e de garantia do protagonismo revolucionário dos trabalhadores na dinâmica deste Estado e no controle dos meios de produção. Não tomamos este sentido para as apreensões expostas neste artigo.

combatido ou eliminado, e que costuma ser sintetizado na figura do subversivo. A este(s) outro(s), dirigem-se o conjunto dos esforços repressivos, em torno dos quais repercute o terror de Estado.

Em trabalho que analisa o funcionamento dos campos de concentração durante a última ditadura argentina (1976-1983), a historiadora Pilar Calveiro (ela própria uma sobrevivente de tais campos), chama atenção para um elemento fundante na construção ideológica que dá suporte aos mecanismos do “poder desaparecedor”: a existência de um “universo binário”, que concebe o “mundo como dois grandes campos contrários: o próprio e o alheio”⁴. Diz a autora:

E, além de imaginar que tudo aquilo que não é idêntico a si mesmo é parte de um outro ameaçador, o pensamento autoritário e totalizador entende que **o diferente constitui um perigo** iminente ou latente, que deve ser extirpado. A redução da realidade a duas grandes esferas pretende, em última instância, eliminar as diversidades e **impor uma realidade única e total** representada pelo núcleo duro do poder, o Estado. (Calveiro, 2013, p. 88, grifo do autor).

Produzindo então uma clivagem no tecido social que o traumatiza, uma ditadura deixa dores e cicatrizes abertas. Deixa ainda uma herança de memórias em disputas, por uma determinada apropriação desse passado. Provoca no presente o exercício da memória como dever, para que nunca mais aconteça, prosseguindo a luta pelo direito à verdade e à justiça, base da democracia moderna, e que contempla a luta emancipatória no campo dos Direitos Humanos. Comissões da Verdade, julgamentos públicos, abertura de arquivos, coleta de depoimentos, são algumas destas *demandas de memória* que emergem para as gerações seguintes lidarem com esse passado presente.

Neste sentido, um tempo que sucede a experiência de uma ditadura é um tempo carregado de tarefas a serem realizadas (jurídicas, historiográficas, políticas), mas também de esforços teóricos de compreensão da sua natureza específica, de suas singularidades. E, na medida em que a linguagem é a ferramenta de partida de tais representações, enfrentar os debates sobre as categorias utilizadas para caracterizar os passados ditatoriais é tarefa tão importante quanto a reflexão e análise sobre os vestígios materiais e imateriais herdados destes.

⁴ “Poder desaparecedor” é o termo utilizado pela autora para caracterizar a natureza do funcionamento dos campos de concentração, seu papel para a ditadura na Argentina, e também a disseminação social do terror através das informações circulantes sobre os mesmos (Calveiro, 2013).

Usos do termo ditadura militar

Os diversos tipos de ditadura costumam também ser classificados de acordo com critérios definidores das elites dominantes de cada país, nas propriedades de sua ideologia e na base social que as viabiliza. Nesta tradição analítica, oriunda notadamente de contribuições das ciências sociais, o termo *ditadura militar* foi por muito tempo considerado suficientemente aplicável para englobar governos ditatoriais em que o pessoal de sua cúpula provinha ou fora recrutado nas fileiras das Forças Armadas, particularmente experiências latino-americanas dos anos 60 e 70 do século XX.

Ademais, também se somava a isso o fato de muitas destas ditaduras terem sido produzidas de maneira condizente com doutrinas de segurança, emanadas de círculos e instituições nas quais a participação de militares teve centralidade⁵. Isso, no entanto, tem merecido problematizações muito pertinentes, os quais evitam uma compreensão reificada do papel dos militares como únicos componentes da engrenagem decisória e operacional do regime e, ainda mais importante, na direção de se perceber tais constituições do poder como produções que não são externas à sociedade civil, mas que a ela estão imbricadas.

Uma tipologia dos regimes autoritários contemporâneos, de autoria do sociólogo Juan Linz, contribuiu na busca analítica de expandir a aceção de ditadura militar, ao cunhar o termo “regimes autoritários burocrático-militares” (Linz, 1980). Estes, de acordo com Linz, são caracterizados por uma coalizão chefiada por oficiais militares e burocratas e por um baixo grau de participação política. Ainda, não se nota a presença de um partido de massa e ideologias bem definidas, pois, frequentemente, existe um partido único com o objetivo de se restringir a participação política ou, às vezes, algum pluralismo político (“pluralismo limitado”), mas sem disputa eleitoral livre. Juan Linz classifica o caso brasileiro, a Argentina em alguns períodos da sua história, a Espanha de Primo de Rivera e os primeiros anos de Salazar em Portugal dentro desta categoria de exemplos de regimes autoritários do século XX (Linz, 1980).

Em seu esforço teórico, Linz também parece partir da ideia de que na construção de tais terminologias para estes regimes autoritários, caracterizá-los como “militares” não alcançaria a diversidade dos mesmos. Ao mencionar diferentes regimes

⁵ Apesar de não ter utilizado o termo “ditadura” para caracterizar o período, vale aqui a referência ao livro de Maria Helena Moreira Alves que, publicado originalmente em 1984, cunhou a terminologia “Estado de Segurança Nacional” para analisar o regime, e seu aporte na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (Alves, 1989).

autoritários militares ao redor do mundo, observa que “certamente, a mentalidade militar dos homens na cúpula daria a tais regimes certas características comuns que embora sejam importantes não são suficientes para nenhuma tipologia significativa” (Linz, 1980, p. 137). O esforço de Linz para uma representação mais precisa destes regimes anunciaria problematizações sobre o poder das burocracias e dos seus quadros técnicos, incluindo civis e militares como base de sustentação de tais governos. Portanto, o seu estudo atravessa outros campos, incluindo esforços historiográficos.

Num livro de entrevistas publicado em 1999, intitulado *Memória Viva do Regime Militar – Brasil: 1964-1985*, de autoria do historiador Ronaldo Costa Couto, encontramos algumas considerações sobre o uso da terminologia “regime militar”, as quais confirmam a polêmica em torno das diversas denominações utilizadas tanto por estudiosos quanto por memorialistas para caracterizar a nossa última ditadura. Já na abertura da referida obra, o autor reflete que:

Não há unanimidade quanto à expressão ‘regime militar’ para designar politicamente o período autoritário brasileiro. Questão principal: apesar de lastreado e controlado pela força militar, ele teve, desde a origem, significativa adesão, apoio e participação de setores da sociedade civil. Políticos, empresários, tecnocratas, segmentos da imprensa, da Igreja, etc. Mais: manteve formalmente as principais instituições democráticas, inclusive o Congresso Nacional, eleições – ainda que parcialmente indiretas – e outros ritos democráticos, como o rodízio de presidentes da República – no caso, controlado e exclusivo de generais-de-exército –, arremedando as democracias. O termo ‘regime militar’ consagrou-se pelo uso. Tanto quanto ‘ditadura’- preferida para denotar a ausência de democracia política – ou “regime autoritário”(Couto, 1999, p. 11)

Costa Couto afirma que publicou as entrevistas de militares e civis com o propósito de divulgar informações, análises e avaliações úteis ao entendimento da natureza, significado e circunstâncias do regime (Couto, 1999, p. 13). A análise desse arsenal de fontes orais coletadas por ele – que inclui três generais que ocuparam a presidência durante a ditadura, ex-ministros, opositores civis, líderes políticos, entre outros⁶ – teria como objetivo romper com uma visão já cristalizada do processo histórico e que colocaria de um lado os militares, e do outro, a sociedade:

Trata-se de período historicamente acelerado e extraordinário em todos os sentidos. De fortes reflexões na história política e econômica do país. Para o bem e para o mal, para a frente e para trás, da esquerda

⁶ Entre os entrevistados neste trabalho estão nomes como os de Ernesto Geisel, Newton Cruz, Roberto Campos, Delfim Netto, Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, e também de opositores do regime como Fernando Henrique Cardoso, José Genoíno, Luiz Inácio Lula da Silva, entre outros.

para a direita. Para cima e para baixo (Couto, 1999, p. 13).

Os depoimentos contêm revelações, análises e interpretações do acontecido. Contradições significativas e reveladoras. Reúnem lógica, objetividade e subjetividade. Amor e ódio. Desabafos. Do centro, da esquerda e da direita. De civis e de militares. De protagonistas e de coadjuvantes que viveram de perto todo o processo ou acontecimentos pontuais relevantes. Cada qual com seu código de ética e ângulo de visão, experiência, vínculos e interesses. Suas circunstâncias, enfim. A memória de cada um. A verdade de cada um (Couto, 1999, p. 13-14).

A bem dizer, nos finais dos anos noventa, Costa Couto vislumbrou a complexidade das relações entre militares e civis durante o período da ditadura, destacando avanços na área econômica, especialmente durante a fase do chamado “milagre econômico” entre os anos 1968-1973, ainda que apresentando um baixo teor de criticidade a respeito das consequências posteriores deste modelo. Oferece ainda uma visão elogiosa do papel dos militares no processo de abertura e transição política, a despeito do fato do autor ter sido partidário do civil Tancredo Neves, eleito presidente da República via Colégio Eleitoral, e que não chegou a assumir em 1985, em decorrência de sua morte:

Sem dúvida, o período foi de aceleração da história, com riqueza superior de acontecimentos de extraordinária diversidade, intensidade, repercussão e transcendência. Positivos ou não, como sempre acontece na vida das pessoas e na história das nações. Alguns inadmissíveis, como a limitação de liberdades e de direitos democráticos. Outros excelentes para o país, como a diversificação e a disparada da economia, a abertura política competente, suave e eficaz, ou o comportamento irrepreensível dos militares na democratização de 1985 (Couto, 1999, p. 26).

Com seu compêndio de entrevistas, Couto parece empreender uma tentativa de diversificar a leitura sobre o período a partir das fontes orais reunidas. De compreendê-lo em suas particularidades, e de avançar no sentido de uma problematização de que não se tratou apenas do poder dos militares, posto que civis tiveram ingerência dentro dos cinco governos dos generais presidentes. Não obstante o fato de não nos filiaros necessariamente a todas as percepções políticas da obra, o autor sinaliza para um procedimento metodológico de compreensão de meandros particulares da ditadura que nos parece produtor, onde o papel desempenhado pelos diversos atores, militares e civis, precede de maior análise crítica seguindo os parâmetros de uma teoria da memória que articula o campo das memórias políticas no quadro mais amplo de ideologias e representações que variam no tempo e no espaço.

Em trabalho mais recente, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta diz que o largo uso dos binários pela historiografia republicana constituem modelos explicativos insuficientes. Tais análises baseadas em oposições: nacionalismo *versus* internacionalismo, reforma *versus* revolução e vários outros, não explicam a complexidade da realidade brasileira, tanto para os antecedentes, quanto para o pós-1964:

Se o eixo do conflito era a oposição nacionalismo *versus* internacionalismo, com golpistas perfilando-se na última posição, como explicar a intensificação do desenvolvimentismo sob o regime militar, que aumentou a intervenção estatal na economia? Se o golpe foi essencialmente fruto de maquinações dos Estados Unidos, como encaixar nesse esquema o afastamento em relação a Washington a partir do segundo governo militar? Se os militares seguiram um script desenhado pelo capitalismo multinacional, por que os capitais privados internacionais não vieram em avalanche quando da vitória dos golpistas, e só intensificaram de fato seus investimentos no quadro do “milagre econômico” anos depois? Se o movimento de 1964 foi estruturado na base da rejeição total ao programa reformista, porque a ditadura se apropriou de alguns projetos defendidos no contexto do governo João Goulart, como a reforma universitária, e por que o primeiro presidente militar, Castello Branco, propôs ao Congresso mudanças na Constituição para viabilizar a distribuição de terras? (Motta, 2014, 48-49)

Observe-se que nos marcos históricos elencados por ele, a tônica recai sobre a nossa última ditadura, no intuito de evitar certas apreensões dicotômicas e sinalizar uma adequação do projeto autoritário que considerou as diferentes nuances de nossa realidade e não só as mais evidentes. Em última análise, alerta que para o estudo de ditaduras modernas, é preciso escapar de uma leitura centrada nos binômios adesão *versus* resistência, nacionalismo *versus* entreguismo, ou militares *versus* civis.

Para o caso brasileiro, compreender em que aspectos esta ditadura atendeu a interesses específicos de certos setores civis da sociedade, em que medida ela se viabilizou pela participação ativa de representantes destes setores, conferindo-lhe forma, natureza e operacionalidade, são pontos de partida importantes, num campo historiográfico em constante renovação. Em alguma medida, é preciso atentar para a historicidade da formação dos blocos de atuação nas nossas elites, e avaliarmos se conceber os militares como atores autônomos jogará efetivamente luz ao nosso entendimento⁷.

⁷ Chamamos atenção para o capítulo de abertura do livro de René Dreifuss, e sua análise do processo de constituição de um bloco histórico burguês, com participação ativa dos militares, ao longo do século XX no Brasil (Dreifuss, 1981, p. 21-48).

Neste sentido, algumas questões ainda merecem respostas e demandam pesquisas futuras, a saber: em que aspectos esses governos civis-militares acionaram interesses endógenos da sociedade brasileira, em suas particularidades reacionárias? Quais setores sociais foram atendidos pelo projeto autoritário orientado pela ideologia da Doutrina de Segurança Nacional, no caso brasileiro? De que forma os setores civis constituíram a viabilidade operacional e de governança da ditadura? Ao custo necessário de um desconforto intrínseco, este é um debate (historiográfico, político, semântico) que não pode ser desvinculado das demandas de memória advindas deste passado que não passa, na medida em que ainda se requer ampliação do nosso entendimento histórico.

A “nova historiografia” e a adoção da categoria ditadura civil-militar

Propagado por uma nova corrente historiográfica de estudos sobre a ditadura, o termo “civil-militar”, adicionado ao conceito de ditadura, ganhou densidade no debate acadêmico e político em torno dos anos de 2010⁸. Por ocasião dos cinquenta anos do golpe em 2014, sérias polêmicas historiográficas e ideológicas emergiram, cujos desdobramentos prosseguem nos dias atuais. Longe de tratar-se de uma demanda meramente acadêmica, o debate também ganhou em alguma medida a arena pública, fomentando a reflexão sobre a relação da última ditadura no Brasil com a sociedade.

Para Rollemberg e Quadrat, as investigações sobre as relações da sociedade com a ditadura brasileira de 1964-85 precisam ser compreendidas para além de “dicotomias estritas”, as quais frequentemente tenderam a produzir uma leitura sobre tal processo a partir de certos binômios estabilizados: *vítima e algoz, opressor e oprimido, Estado versus sociedade*. Tais leituras tenderam durante décadas a assentar-se nestes parâmetros, no intuito de sublinhar os efeitos repressivos do regime (Rollemberg; Quadrat, 2010).

Compreendendo de um lado a importância da denúncia e da descrição das violências cometidas, das torturas, dos centros de detenção e do terror de Estado, principalmente considerando as demandas do processo de transição democrática, tais autoras apontam, no entanto, a necessidade da historiografia buscar ir além, e se debruçar sobre a investigação sobre como a ditadura obteve apoio e legitimidade social

⁸ A despeito do fato de que já a partir de 2000, o uso da terminologia tenha começado gradativamente a crescer entre os trabalhos publicados (Rollemberg; Cordeiro, 2021, p. 22). Martins Filho (2014) chama atenção para o fato do termo “civil-militar” ter sido utilizado ainda mais cedo por Marcelo Ridenti, em sua obra intitulada *O fantasma da Revolução Brasileira*, publicada originalmente em 1993.

para pôr-se em funcionamento (Rollemberg; Quadrat, 2010, p. II-13).

Na medida em que tais exercícios de memória e de investigação histórica colocam a sociedade diante do espelho, refletindo-a como parte integrante da engrenagem no estudo sobre as ditaduras, tem emergido categorias importantes como as de *consenso* e *consentimento*, na compreensão histórica de elementos de uma legitimação civil para o regime instalado, ou dos instrumentos de controle exercitados, “através de mecanismos traduzidos em ganhos materiais e/ou simbólicos para as sociedades” (Rollemberg; Quadrat, 2010, p. 17).

Ainda, para Denise Rollemberg o uso dos termos é importante também para se perceber uma outra dimensão relacionada à resistência armada à ditadura, quando a autora sublinha em entrevista que “isto deve ser pensado para compreender porque a luta armada ficou tão isolada. Foi porque a sociedade foi muito participante da ditadura” (Rollemberg, 2009).

Assim, rompendo com as dicotomias que matizaram os estudos sobre o golpe e a ditadura até meados dos anos noventa, as reflexões sobre a história e a memória da ditadura avançaram no estudo de representações de militares e civis, as quais não insistiam em se restringir a uma tão mencionada divisão entre “linha branda” e “linha dura” no seio da cúpula governamental, apregoada por cientistas políticos e incorporada mais notadamente por historiadores marxistas. Mostrou-se importante ir além, e compreender outras nuances do processo histórico, investindo na análise do comportamento da população em geral em relação ao regime autoritário.

Alguns destes autores passaram também a questionar, já em fins dos anos 1990 / inícios dos 2000, determinada memória coletiva de que a sociedade brasileira, em conjunto, teria resistido à sua ditadura e de que os excessos foram cometidos pelos extremos, militares versus militantes⁹. Tal avaliação escamoteava o fato de que houve adesões, apoios e adequação de parte significativa da sociedade a esta ditadura, além de mecanismos sofisticados de sustentação e operacionalização civil para o funcionamento e êxito das atividades repressivas.

Em grande medida, as reflexões propostas por alguns destes estudiosos sofreram uma influência importante de escritos sobre passados totalitários na Europa¹⁰, nos quais sobreviventes e intelectuais europeus passaram a discutir

⁹ Esse questionamento aparece em Reis Filho, 1997.

¹⁰ Em artigo de 2016, Motta resgata a matriz da historiografia sobre a ocupação nazista na Europa para pensar as questões dos “comportamentos sociais diante do autoritarismo” no caso da ditadura brasileira, ressaltando especialmente a importância de autores franceses como Robert Paxton, Henry Rousso, Pierre Laburie, Phillipe Burrin e Jacques Semelin (Motta, 2016). Também realizam percurso teórico similar Rollemberg e Cordeiro (2021).

perspectivas como as de “memórias divididas” (Portelli, 2006), que modelaram relações estabelecidas no seio da sociedade durante e após a Segunda Guerra Mundial, concentrando novos esforços de compreensão nos processos de ocupação nazista sobre os territórios daquele continente. Sob forte influência destes trabalhos, certos autores e autoras brasileiras passaram a se interessar pelos comportamentos sociais de homens comuns que apoiaram o regime, pelo cotidiano vivenciado para além das tensões clássicas do meio político-institucional, contemplando uma “área cinzenta”, que merece e precisa ser ainda mais estudada¹¹.

O reforço da ideia da *revisão historiográfica* como um movimento fundamental para o aperfeiçoamento e complexificação do campo de estudos, aliado ao fato de muitas destas incursões terem sido classificados por parte do *métier* historiográfico como empreendimentos “revisonistas” levaram Rollemberg e Cordeiro (2021), na introdução de uma publicação recente, a manifestarem:

No entanto, não entendemos a revisão como algo a ser expurgado. Pelo contrário. Mais do que importante, a revisão faz parte da natureza do ofício do historiador. O método da pesquisa histórica implica, sabemos, o confronto do que já se produziu sobre determinado assunto em perspectiva com abordagens, documentação, teorias, metodologias não trabalhadas e/ou pouco exploradas. Uma historiografia ou uma corrente historiográfica revisionista não é problema, portanto (Rollemberg; Cordeiro, 2021, p. 08).

Convém ponderar que, apesar do fato das autoras positivarem a terminologia “revisonismo”, separando-a de “negacionismo”, e também de demonstrarem como negacionistas notórios se autointitularam como revisionistas de maneira oportunista, é importante observar que o sufixo “ismo”, em certos casos na produção do conhecimento moderno, procurou caracterizar o que é patológico, viciado ou excessivo. Daí talvez pensarmos a prioridade de se ressaltar a importância da *revisão*

¹¹ Como explica Portelli, foi Primo Levi quem formulou originalmente a expressão “área cinzenta”, para descrever a colaboração ou mediação de prisioneiros de campos de concentração com os nazistas (Portelli, 2006, p. 109, nota de rodapé 10). A expressão, no entanto, foi ampliada por outros autores. Ao analisar as memórias sobre o massacre de Civitella Val di Chiana, cidadezinha italiana onde 115 italianos foram assassinados por tropas alemãs em 29 de junho de 1944 (no mesmo dia em que noventa e sete pessoas foram massacradas em dois outros vilarejos italianos), Portelli emprega o conceito de área cinzenta para entender as memórias divididas presentes na comunidade dos sobreviventes: “Não ter culpa, porém, não significa não ter responsabilidade: uma coisa é não ter feito nada de errado; outra é não ter feito nada contra o errado. Nessas narrativas, pelo contrário, não ter feito nada contra o fascismo e a ocupação alemã torna-se quase uma virtude: é a inocência da ‘área cinzenta’, (...) daqueles que ‘não se envolvem com política’ e tentam ficar ao largo da história – somente para tê-la súbita e brutalmente jogada na cara” (Portelli, 2006, p. 117). Outros autores, como Michel Pollak e Henry Rousso, empregam a noção de área cinzenta, ampliando e desdobrando o conceito que aparece originalmente em Primo Levi.

histórica, considerando, no entanto, o termo “revisionismo” como uma forma por vezes possível de se caracterizar a obsessão pela revisão como um fetiche, não necessariamente fundamentada. É preciso, neste sentido, também atentar para uma diferenciação possível entre revisionismo como produção crítica do conhecimento e o revisionismo ideológico, com vistas à produção de distorções.

Em suma, entendemos que a historiografia se faz com revisões, pluralidade, quebra da ambição cada vez mais difícil de ciência síntese, contemplando avanços necessários, consideração do campo subjetivo, interação da história social com a história da memória (ao que poderíamos até afirmar a emergência de uma história social da memória, ancorada pela metodologia da história oral). O revisionismo negacionista, no entanto, é ideológico e se retroalimenta da revisão da memória coletiva e da própria historiografia, com vistas à inversão, distorção e/ou negação dos fatos. Assim, existe uma historiografia revisionista e negacionista do holocausto e da ditadura brasileira, produzida especialmente nos espaços não acadêmicos, e que deve nos servir de objeto de análise crítica. Feita esta ponderação, convém afirmar que concordamos com a preocupação das autoras em reagir às rotulações de “revisionismo” dirigidos a esforços legítimos que foram feitos no campo historiográfico, no sentido de uma revisão de objetos e abordagens para a compreensão da história da ditadura.

Com efeito, a tese de Doutorado de Daniel Aarão Reis Filho (1987), publicada posteriormente na forma do livro *A revolução faltou ao encontro* (1990), é referendada por estas autoras como uma contribuição importante e deflagradora de revisões sobre percepções até então estabilizadas em relação à ditadura, especialmente com relação às razões para o fracasso da luta armada e dos projetos vislumbrados pelas esquerdas revolucionárias na hipótese de uma vitória contra o regime ditatorial. Este autor é mencionado, neste sentido, como produtor de uma “abordagem revisionista” fundamental, na medida em que apontou certo isolamento destas esquerdas em armas em relação à sociedade em geral, atentando para os comportamentos sociais como mote de compreensão deste distanciamento (Rollemberg; Cordeiro, 2021, p. 20)

Nos idos de 2004, no contexto dos 40 anos do golpe, também o conceito de resistência foi fortemente questionado a partir de suas imbricações com os qualitativos resistência armada ou democrática. De lá para cá, novos pilares de renovação historiográfica no âmbito do NEC (Núcleo de Estudos Contemporâneos), vinculado ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), apostaram na abordagem da história social para fazer valer o argumento da ditadura como parte

integrante da sociedade, cujo estudo de sua história não pode ser reduzido à história da repressão, sem que se desconsidere sua dramaticidade.

Em suma, para o caso brasileiro, esses pesquisadores defendem abertamente a tese de que os cinco governos de generais presidentes e a viabilidade dos seus projetos políticos, econômicos e sociais, não teriam sido tão eficazes e duradores, se não contasse com a sustentação de uma parte importante da sociedade civil. De fato, estimulam o estudo de novos objetos, apostam na revisão histórica e questionam visões cristalizadas do período ditatorial.

Cumpre-nos, no entanto, ampliar as percepções para fenômenos particulares do caso do Brasil, ainda em vias de serem elaborados/formulados, avançando inclusive para a construção de nossas próprias teorias, inspiradas nas particularidades de nossa historicidade e da constituição de nossas relações sociais.

Atentando para o ambiente das universidades brasileiras no período, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, por exemplo, ressalta que a partir da tríade *adesão, resistência e acomodação*, é possível pensar que esses tipos de comportamentos se entrelaçaram na operacionalização do esquema repressivo dentro das unidades acadêmicas. O historiador mineiro recorre então a uma chave de interpretação do funcionamento da ditadura a partir dos comportamentos dos atores observados, apontando nas fontes elementos onde os traços particulares de uma *cultura política* brasileira conduzem os diversos encaminhamentos diante do jogo repressivo, seja acomodando-se, resistindo de maneira criativa, ou até mesmo adiando e evitando algumas ações de expurgos universitários (Motta, 2014, p. 288-324).

Neste sentido, o autor aponta para certos traços de uma sociedade brasileira marcada pela tendência à resolução dos conflitos pela via da acomodação, para compreender melhor estes percursos dos atores sociais analisados. Sem deixar de ressaltar a violência como cerne da atuação política do período, ressaltando os casos de expurgos, perseguições e desaparecimentos, debruça-se também sobre estes outros arranjos apontados pelas fontes, sinalizando de maneira importante um possível caminho de compreensão teórica do fenômeno da ditadura no Brasil, a partir de categorias e procedimentos específicos para a nossa realidade, considerando nossa historicidade e cultura(s) política(s). Apesar de não adotar propriamente a terminologia “civil-militar” para representar este período ditatorial, é na relação com a sociedade, em um sentido mais amplo, que o autor parece sugerir a compreensão das bases ideológicas e fundacionais dos procedimentos e alcance social da nossa última ditadura.

Os diversos encaminhamentos analíticos dos autores discutidos até aqui nos inspiram a aprofundar o quadro teórico-metodológico a partir de novos recortes temáticos de pesquisa, bem como continuar a seguir os rastros do debate público que marcou o uso do termo ditadura civil-militar e alcançou um certo ápice nos idos dos cinquenta anos do golpe em 2014.

Debate público sobre a ditadura civil-militar

Em uma intervenção pública em março de 2010, Daniel Aarão Reis Filho reivindicou o uso historiográfico do termo ditadura civil-militar, apontando inclusive para sua própria obra, que durante muito tempo utilizou-se da acepção “ditadura militar” para caracterizar aquele regime (Reis Filho, 2010)¹². Para o autor, considerar a dimensão civil da ditadura é contrapor-se a certo apagamento das implicações da sociedade com a ditadura, elemento considerado fundamental para a compreensão histórica de sua relativa longevidade:

Ditadura militar. Este termo fora cunhado em 1964, incorpora-se, estabeleceu-se como senso comum, servindo como uma luva a uma sociedade que desejava auto absolver-se de quaisquer cumplicidades com um regime, considerado, agora, em fins dos anos 1970, como abominável. Crise de identidade, memória curta? Mais uma vez, não (Reis Filho, 2010, p. 174).

Vale dizer que a questão não se restringiu ao campo acadêmico, pois alcançou também a grande imprensa e provocou debates calorosos que até hoje repercutem socialmente. Na verdade, eles expuseram novamente a ferida de que a sociedade também foi responsável por sua ditadura, golpeando uma memória oficial que promove o apagamento da participação de civis e delega toda a culpa aos militares, ou a “jovens rebeldes” que a teriam radicalizado.

A polêmica foi levada à frente pelo próprio Aarão Reis em uma série de entrevistas e textos publicados em jornais e revistas. Aqui destacamos uma destas intervenções, com grande repercussão, publicada em 2012 na Revista de História da Biblioteca Nacional, em que afirmou categoricamente que o apoio da sociedade civil foi de fundamental importância para a longevidade da ditadura no Brasil:

¹² Este texto, que se refere a uma aula inaugural de Reis no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, é abordado criticamente por Demian Melo, em seu artigo de 2012 (Melo, 2012).

Tornou-se lugar-comum denominar o regime político que existiu de 1964-1979 de “ditadura militar”. Trata-se de um exercício de memória, em contradição com numerosas evidências, e que só se mantém graças a poderosos e diferentes interesses, e também a hábitos adquiridos e à preguiça intelectual. O problema é que esta memória em nada contribui para a compreensão da história recente do país e da ditadura em particular.

É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no movimento que levou à instauração da ditadura em 1964. É como tapar o sol com a peneira.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade mobilizaram dezenas de milhões de pessoas, de todas as classes sociais, contra o governo de João Goulart. [...] Até setembro de 1964, marchou-se sem descanso no país, num impressionante movimento de massas de apoio ao golpe. [...] Os milicos assumiram um protagonismo insuspeitado e inesperado, mas e os civis? O que fizeram? Apenas se encolheram? Foram reprimidos? (Reis Filho, 2012, p. 31-32).¹³

Ao lidar com tais questões, Reis Filho diz que a resposta é positiva para os que rejeitaram a ditadura. Mesmo considerando a heterogeneidade dos opositoristas, todos sofreram com o peso da repressão. No entanto, expressivos segmentos a apoiaram:

Houve, é claro, zigue-zagues, metamorfoses, indecisões. Gente que apoiou desde o início até o fim. Outros aplaudiram a vitória e depois migraram para as oposições. Outros, ainda, foram e voltaram. Vaiaram ou aplaudiram, segundo as circunstâncias. A favor ou contra. Sem falar nos que não eram contra e nem a favor – muito pelo contrário (Reis Filho, 2012, p.33).

A história da ditadura não é linear, sucedendo-se conjunturas diversas. Como diz o autor, “houve um momento de apoio forte – entre 1969 e 1974, paradoxalmente, os chamados ‘anos de chumbo’. Porque foram também, e ao mesmo tempo, ‘anos de ouro’ para não poucos” (Reis Filho, 2012, p. 34). Em alusão à tese da historiadora Janaína Cordeiro (Cordeiro, 2015), refere-se às comemorações da conquista do tricampeonato mundial em 1970 e dos 150 anos da Independência em 1972, afirmando que parte significativa da sociedade brasileira pouco se importava se aqueles eram festejos regidos pela ditadura.

Dois anos depois, em entrevista publicada no jornal *O Globo* em 15 de fevereiro de 2014, o historiador e ex-militante do MR-8¹⁴, voltou a defender o uso do termo civil-

¹³ O texto também foi publicado em coluna de *O Globo* assinada pelo referido historiador. A íntegra do texto pode ser consultada na edição da Revista de História da Biblioteca Nacional, de agosto de 2012 (p. 31-35) (Reis Filho, 2012)

¹⁴ Para uma investigação acerca da repressão contra o então militante político Daniel Aarão Reis no curso da ditadura civil-militar, ver (Cardoso, 2014a).

militar:

A grande novidade nessa última década é que se fortaleceu uma corrente crítica à principal tendência da historiografia sobre o período. A história da ditadura que ainda permanece hegemônica no Brasil, encarnada em grande parte pelo Arquivo Nacional e em certa medida pela Comissão Nacional da Verdade, se recusa a considerar a ditadura nas suas complexas relações com a sociedade brasileira. Imagina que a ditadura foi imposta de cima para baixo e enfatiza, quase que exclusivamente, a resistência à ditadura. (...) É preciso estudar as complexas relações que se estabeleceram. Houve muita colaboração, cumplicidade, ziguez-zagues (Reis Filho, 2014).¹⁵

Voltando ao ano 2012, na mesma revista em que Daniel Aarão Reis publicou sua intervenção, um breve texto da historiadora Lucileide Costa Cardoso serviu para recuperar significados históricos da fotografia escolhida para a capa daquela edição, bem como para expor um ponto de vista sobre o debate em torno do termo “civil-militar”. Os apontamentos representam uma síntese importante do momento de imersão de novos pesquisadores no espaço público, problematizando e buscando novos referenciais de análise. Por esta razão, reproduzimos a fotografia destacada, e retomamos aspectos do próprio texto escrito naquele momento e que serve ainda hoje para balizar a nossa própria posição política e historiográfica sobre a necessidade de avanços sobre a história da memória social da ditadura e que adota, deste modo, a acepção civil-militar para caracterizá-la.

Figura 1 – Fotografia do portão de entrada do Parque Guinle. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964



Fonte: Agência O Globo

¹⁵ Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/daniel-aarao-reis-as-conexoes-civis-da-ditadura-brasileira-524443.html>. Acesso em: 21 abr. 2022.

A fotografia destacada traz em primeiro plano um carro de combate no Parque Guinle, local onde está situado o Palácio Laranjeiras, que foi a sede do governo Goulart no Rio de Janeiro. O veículo, como explica a autora,

[...] dirigia-se ao Palácio Guanabara, localizado poucos quarteirões adiante, onde o governador Carlos Lacerda permanecia, como líder de políticos conservadores e de setores médios que apoiavam o golpe [...].

A ação fixou na memória coletiva a força preponderante do poder militar que protagonizou o golpe, iniciado em 31 de março e concluído em 1º de abril de 1964, relegando ao segundo plano os atores civis que atuaram na sua preparação (Cardoso, 2012, p. 4).

A captura do momento é representativa. A leitura da fotografia provoca, segundo a historiadora:

[...] um repensar sobre as marcas da História e da memória que cristalizam no presente determinadas narrativas situadas em campos opostos. Com isso, cabe a indagação sobre qual foi exatamente o papel dos civis na trama do golpe e na consolidação da ditadura. Novas e antigas pesquisas trataram de aprofundar o estudo dessa relação, convergindo no entendimento do regime como uma ditadura militar ou ditadura civil-militar. Essa última denominação registra os avanços da historiografia, mas pode também esconder simplificações ao utilizar o termo “civil” de forma genérica ou despolitizada, bem como desconsiderar alguns analistas sociais que defendem uma relativa autonomia do poder militar (Cardoso, 2012, p. 04).

Em suma, Lucileide Cardoso conclui que o termo civil-militar, considerando sua complexidade, é o que melhor expressaria os desdobramentos do 31 de março de 1964. Um movimento conservador, contrário às Reformas de Base, ao projeto nacional popular e à ampliação da participação popular, “capaz de expressar os interesses das classes dirigentes com respaldo da classe média, garantindo o atrelamento do empresariado nacional ao capitalismo internacional” (Cardoso, 2012, p. 4).

Sem superdimensionar a noção de legitimidade alcançada pelos projetos dos diversos governos situacionistas que entusiasmaram a sociedade, contribuindo com o clima de euforia do “milagre econômico”, expresso no lema “Pra frente Brasil”, adotamos essa perspectiva por creditar que o formato do golpe e da ditadura brasileira conviveu com fortes articulações políticas entre militares, políticos e empresários, além do apoio de muitos outros setores populares devotados e crentes do seu projeto político, contribuindo com marchas, escritos, pregações anticomunistas, além da fundamental inserção de muitos civis no aparato repressivo, e também nos círculos

decisórios centrais dos governos do período¹⁶.

Os militares, muito deles envolvidos com interesses de empresas, articulados com políticos conservadores e com apoio significativo de segmentos civis, sustentaram o regime. Contudo, não podemos esquecer de que a memória dos “vencidos”, após o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1979, foi ganhando densidade até 2014, compondo a memória social hegemônica de resistência à ditadura. Nesta perspectiva, a memória dos “vencedores”, militares e civis golpistas, continuou atuante, mas sofreu reveses e tornou-se “maldita” e desacreditada pela maioria da sociedade que despertou do “milagre” do Brasil Potência. Paradoxalmente, ela volta à cena política após o golpe parlamentar de 2016 e continua hoje falseando, e impulsionando alardes de golpe de grupos direitistas saudosos daqueles tempos (Cardoso, 2018).

Desdobramentos políticos do uso do termo civil-militar

A aplicabilidade ou não do termo civil-militar ao conceito de ditadura transformou o debate em torno dos 50 anos não apenas em um campo político e de memória, mas também em um terreno propício a polêmicas historiográficas, resultando no entendimento mais recente de que o uso do termo responde a avanços de pesquisas significativas na última década, e que procura ampliar o leque para além de uma perspectiva muito centrada em formulações dicotômicas, tais como oprimidos versus opressores, ou militares versus militantes, cuja adoção do conceito de “área cinzenta” teve e continua tendo a intenção de apontar novos horizontes interpretativos, tal como já exploramos.

Sem dúvida, a natureza do golpe definida como civil e militar responde a um consenso historiográfico estabelecido por estudiosos das várias áreas, que durante todos esses anos se dedicaram ao período. No entanto, a caracterização do regime como uma ditadura civil-militar tem provocado uma série de controvérsias, desde acusações de teor mais político, de que se pretende desmilitarizar a ditadura brasileira, até breves comentários como o de que o termo civil não poderia anteceder ao termo militar, devendo a mesma ser nomeada como ditadura militar-civil, ou de que a expressão

¹⁶ Entre tantos nomes, pode-se fazer referência por exemplo a Roberto Campos ocupando o Ministério do Planejamento, Otávio Gouveia de Bulhões assumindo o Ministério da Fazenda ou Paulo Egydio Martins no posto de Ministro de Indústria e Comércio. Todos estes, civis vinculados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), instituição de articulação fundamental no cenário do golpe (Melo, 2012, p. 43). Lembremos também da função desempenhada por Antônio Delfim Netto, que se tornaria ministro durante a ditadura, e de Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo, na sustentação econômica da Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo (Joffily, 2008, p. 32-33).

ditadura cívico-militar seria mais apropriada¹⁷.

Contudo, uma crítica mais contundente partiu de uma corrente histórica de teor mais polemista, cuja formulação acusa tais análises e historiadores de anularem o caráter classista do golpe ao alargar o termo civil sem responder à noção de fração de classe. A acusação mais grave partiu daqueles que trataram de mapear “a nova historiografia” de revisionista, até atribuindo-lhe um caráter conservador, semelhante a uma historiografia revisionista alemã que apregoa a adesão da sociedade ao nazismo.

Demian Melo, por exemplo, ao se referir às ponderações historiográficas sobre o apoio da sociedade civil à ditadura, opina que em alguns casos “escorrega-se para isso que podemos chamar de ‘versão tupiniquim’ de argumentos revisionistas”, comparando-as a expedientes como o do alemão David Goldhagen, em sua abordagem sobre o apoio da população alemã ao nazismo. Assevera que reflexões como as de Reis Filho, ao considerar o apoio da população civil, em sentido amplo, ao regime autoritário, não alcançaria o cerne de sua caracterização¹⁸. Para Melo, considerar a participação civil na modelagem e no desenvolvimento da ditadura não passa por presumir apoio ostensivo da população à mesma. Além disso, a designação “ditadura civil-militar” também se mostraria imprecisa para este autor, na medida em que o uso que dela tem sido feito não alcança a dimensão dos grupos sociais efetivamente envolvidos na sustentação da ditadura, e em certos casos, poderia até sugerir cumplicidade da população ao autoritarismo.

Entretanto, é preciso dizer que o uso desse termo civil-militar, no caso da nova corrente historiográfica brasileira advoga o modelo teórico europeu que se sustentou, de forma muito especial, na denúncia do falseamento das fontes praticadas por uma determinada “direita historiográfica” que aposta no negacionismo do holocausto e dos traumas perpetrados pelos regimes totalitários e ditatoriais. Isto posto, as reflexões políticas/públicas de Reis Filho não podem ser tomadas como de abrandamento da ditadura, pois, mesmo sem concordarmos com a periodização proposta pelo

¹⁷ Alguns destes comentários aparecem na memória do senso comum e foram captados por nós nos bastidores da celeuma política criada em espaços acadêmicos ou fora dele. Ou seja, expressam falas esparsas de militantes, professores, estudantes, entre outros atores sociais, na dinâmica da produção memorialística ou em diálogos sobre a natureza do regime.

¹⁸ No mesmo texto, há outras importantes críticas de Demian Melo às perspectivas de Daniel Aarão Reis Filho. Entre estas, a da periodização utilizada pelo historiador carioca para a ditadura, que a considera encerrada em 1979 (Melo, 2012), periodização da qual também discordamos. No entanto, estamos concentrados neste momento especificamente na discussão sobre o uso do termo “ditadura civil-militar”.

historiador, de que a ditadura teria terminado com a revogação do AI-5 em 1979¹⁹, não atribuímos a ele uma revisão da história da ditadura para fins negacionistas da sua violência intrínseca ou, numa outra seara, de apagamento da resistência ao regime. O historiador e tantos outros defendem o uso do conceito de ditadura civil-militar por destacar que o componente civil precisa ser melhor estudado, demonstrando estruturas políticas mais profundas de dominação ditatorial que compreendem o amplo leque de empresários, políticos civis e setores médios e populares, envolvidos com os governos liderados pelos generais presidentes.

Outra incompletude na crítica de Melo é de sustentar o seu argumento na tese de René Dreifuss, de matriz marxista e publicada em livro em 1983, sem acionar os seus críticos mais contundentes, seja no campo das ciências políticas ou na historiografia, e sem considerar que a chave explicativa das correlações entre classes concorre com outros modelos explicativos que apostam na relativa autonomia do poder militar.

Melo, no entanto, referenda acertadamente a tese de Dreifuss, a qual se debruçou e nomeou os setores envolvidos tanto na montagem do esquema golpista quanto na tomada de postos-chaves da administração pública, com vistas à execução de um programa de classe baseado no complexo IPES/IBAD. No capítulo IX do seu livro *1964: A Conquista do Estado*, publicado em 1983, Dreifuss demonstrou como elementos civis mantiveram sua predominância até o governo Geisel, permitindo identificar os elementos civis das classes dominantes envolvidos tanto no golpe como na ditadura. Sua lógica é estrutural, baseada na teoria marxista que enfatiza as relações sociais como ponto fulcral da dinâmica histórica.

Assim, Melo baseia-se na tese do sociólogo uruguaio de que os governos militares foram pautados por interesses de setores da proa do empresariado nacional, que ocupou lugares estratégicos da administração pública, para defender o uso da terminologia “ditadura empresarial-militar” para aquele regime, sublinhando ainda que o termo “civil” incidiria num tom genérico, difuso, a ser evitado. Nesta direção, aponta que “ao contrário de um comentário difuso sobre esses ‘civis’, a pesquisa de Dreifuss permite não só identificar socialmente os tais ‘civis’ envolvidos naquele processo, tanto no golpe quanto na ditadura” (Melo, 2012, p. 43).

Outra crítica ao uso do termo civil-militar por esta nova corrente historiográfica

¹⁹ Alguns posicionamentos de historiadores na mídia no contexto dos 50 anos do golpe, revisitaram e propuseram uma nova periodização que, guardando as devidas proporções, buscaram “abrandar” ou “encurtar” a violência da ditadura. Citamos Marco Antonio Villa como principal expoente dessa tendência, bem como outros posicionamentos já bastante criticados por Caio Navarro de Toledo em seu artigo de 2004.

nos estudos da ditadura brasileira foi formulada pelo historiador Carlos Fico. Ao se manter fiel ao uso do conceito de ditadura militar, o autor prioriza o viés político de sua explicação, debatendo o tema em diversos escritos e, de forma especial, no seu livro intitulado *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* (Fico, 2004). Defendendo uma espécie de fronteira para a interpretação correta do processo histórico, toma como consenso historiográfico o golpe como civil e militar, mas não a ditadura.

Para este autor, o momento do golpe deve ser compreendido em separado do curso da ditadura, pois contou com uma articulação civil através das marchas da classe média, apoio de governadores de estados, como Ademar de Barros de São Paulo, Magalhães Pinto de Minas Gerais e Carlos Lacerda do Rio de Janeiro, além do próprio legislativo federal e setores do empresariado. Contudo, considera a hegemonia do poder militar sobre os civis preponderante durante os cinco governos que se seguiram:

É verdade que houve o apoio de parte da sociedade também à ditadura posterior ao Golpe – como ocorreu durante o período de grande crescimento da economia conhecido como “milagre econômico” –, mas, como disse antes, não me parece que apenas o apoio político enfatiza a natureza de um acontecimento, sendo possivelmente mais acertado considerar a atuação dos sujeitos históricos em sua efetivação. Por isso, admito correta a expressão Golpe Civil-Militar, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente Militar (Fico, 2014, p. 09-10)

O autor continua defendendo em artigos mais recentes a ideia de que o regime instalado após o golpe “foi inteiramente controlado pelos militares” (Fico, 2017, p. 53). E assim sustenta a ideia de que a natureza do regime deva ser caracterizada levando em consideração essencialmente quem o dirigiu. “Uma ditadura indiscutivelmente militar”, diz ele, ressaltamos.

No entanto, convém lembrar que Fico sempre trabalhou no âmbito da História Política redefinindo os seus trabalhos para pensar a dinâmica do Estado, do aparato repressivo, do esquema propagandístico, da ingerência norte-americana, dentre outros temas. Os mecanismos da política institucional pautam a maioria dos seus trabalhos acadêmicos. Assim, sugere uma percepção de que o poder é de quem o exerce diretamente, pelos cargos e posições que ocupam dentro da estrutura de poder político institucional. Por essa visão, no entanto, são deixados em posição secundária os apoios, financiamentos e instituições associadas, por não serem vistos como sujeitos centrais do processo.

Em 2014, em meio aos debates suscitados pelos 50 anos do golpe, e motivado pela publicação do já mencionado artigo de Daniel Aarão Reis, o cientista político João Roberto Martins Filho formulou também um texto crítico, que foi publicado numa revista francesa, problematizando o uso do termo “civil-militar” (Martins Filho, 2014). Apesar de não ter circulado em língua portuguesa, o texto merece especial atenção, na medida em que sintetiza um conjunto de críticas ao uso da referida terminologia, num contexto em que a mesma ganhava certa força e notoriedade em torno das efemérides do cinquentenário do golpe²⁰.

Uma das reflexões produzidas pelo referido autor refere-se a uma dimensão política do uso do termo. Ressalta, neste sentido, certo interesse de alguns setores ligados aos militares em dividir a responsabilidade com os civis, de certa forma tentando amenizar o caráter autoritário e arbitrário da intervenção, na medida em que teriam contado com base civil de apoio. Para delinear suas preocupações neste ínterim, Martins Filho recorre às reflexões de uma outra estudiosa da ditadura, a historiadora Maud Chirio, que lembra certa mistificação por parte dos militares defensores do regime, em trazer a importância dos civis tanto na deflagração do golpe, quanto na condução e sustentação da pretensa “revolução” como um caminho de mistificação e de apaziguamento das suas responsabilidades (Chirio, 2012; 2009 *apud* Martins Filho, 2014). Neste sentido, Martins Filho sugere que os efeitos de compreensão que a terminologia carrega poderia adentrar neste “terreno muito escorregadio”²¹ e, em alguma medida, útil a tais expedientes.

Ainda neste ínterim, um artigo de autoria de Lucileide Cardoso, publicado na Revista Brasileira de História em 2011, também destaca o interesse dos militares, defensores do regime, em dividir com os civis a responsabilidade sobre o ocorrido. No plano discursivo é uma tentativa de hegemonizar uma determinada memória militar que deseja relativizar sua possível parcela de culpa, partilhando-a com os civis (Cardoso, 2011). Livre de qualquer pretensão que aduzisse uma ideia de legitimação dos discursos celebrativos que nomeiam o golpe como “revolução”, Cardoso, neste artigo, discute as “concepções de história, o sentido e o caráter das comemorações, estabelecendo regularidades que possam elucidar a estruturação do pensamento anticomunista e autoritário em disputa no campo da memória por uma determinada

²⁰ Em ocasião da publicação, em 2019, da segunda edição de seu livro *O palácio e a caserna*, com o conteúdo de sua tese de Doutorado, Martins Filho inseriu uma nova apresentação em que também resgata sucintamente sua crítica ao termo “ditadura civil-militar” (Martins Filho, 2019).

²¹ Uma tradução livre da expressão original em francês “un terrain trop glissant”, usada pelo autor (Martins Filho, 2014).

apropriação do passado” (Cardoso, 2011, p. 117).

Assim, algumas denominações são recorrentes nos discursos de militares, políticos civis e intelectuais defensores do regime: “Revolução de 64”, “Movimento Cívico Militar de 31 de Março de 1964”, “Contrarrevolução de 31 de Março”, “Revolução Gloriosa”, “Movimento Revolucionário de 31 de Março”, “Revolução Política de 31 de Março”. Por último, encontramos ainda uma denominação bastante peculiar: “Movimento Enérgico de 1964/1985”. Como salienta a autora, “nos discursos dos memorialistas do poder, é sempre exaltado como ‘revolução’; no memorialismo do contrapoder, a repressão é condenada como Golpe de Estado” (Cardoso, 2011, p. 128).

Neste diapasão, a preocupação de João Roberto Martins Filho, no artigo que observamos, apoia-se nas implicações políticas do mau uso do termo por esta memória ressentida e queixosa dos militares, levando isto mais em conta do que a própria profundidade empírica a qual a historiografia tem alcançado no adensamento destes estudos.

Sobre este ponto em particular, observe-se que não se deve pretender que o esforço historiográfico recue diante dos eventuais maus usos levados a cabo por grupos de interesses, no campo das disputas de memória. Evidentemente temos a responsabilidade de nos apresentarmos ao debate público, tornando visibilizadas as conclusões que as fontes, à luz das teorias, nos permitem, e também de combater eventuais abusos sobre as reflexões produzidas. Neste sentido, o caminho negacionista de se buscar isentar os militares das suas responsabilidades na condução do aparato repressivo, além de empiricamente infundado, é plenamente combatível no plano político.

As potencialidades desses escritos espelham a complexidade de definição do uso do termo, mas não devemos temer os abusos e sim denunciá-los e identificar os seus mentores como sujeitos de posições ideológicas conflitantes, cabendo ao historiador não o julgamento, mas a compreensão mesmo do que tem mais dificuldade de compreender. Para tanto, utilizamos das palavras de Eric Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*:

O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou [...] Compreender a era nazista na história alemã e enquadrá-la em seu contexto histórico não é perdoar o genocídio. De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender (Hobsbawm, 1994, p. 15).

Ademais, a categoria “civil-militar” não ignora a centralidade do papel dos militares no arranjo do poder repressivo, mas amplia o arcabouço de compreensão sobre a natureza daquele regime. Sim, foram os militares quem conduziram o arranjo central do poder coercitivo. Mas, a ditadura se constituiria contando somente com a participação deles? Tratou-se de um regime estritamente militar em sua desenvoltura operacional? Devemos deixar de considerar estes aspectos e de formular tais perguntas, diante do receio de um eventual (ab)uso “escorregadio” das categorias porventura elaboradas, ainda mais considerando interpretações constituídas no vasto campo das disputas de memórias e não, necessariamente, do entendimento histórico? Consideramos que a insistência na designação eminentemente “militar” da ditadura, com efeito, é causadora de uma consequência política que vai justamente na direção oposta do que se preocupa Martins Filho, ou seja, de isenção de setores civis em sua participação fundamental no projeto ditatorial relativamente duradouro.

Outro ponto destacado por Martins refere-se a uma heterogeneidade do mundo civil face a uma “bem maior” homogeneidade do mundo militar. Neste sentido, o termo “civil”, em sua abrangência, não alcançaria uma caracterização precisa de quem de fato participara do regime, incorrendo ainda no risco de uma possível dissolução do caráter de classe, enquanto por outro lado o termo “militar” daria conta de maneira mais aproximada da caracterização do centro decisório do poder ditatorial, relativamente coeso segundo o autor:

Isso aponta um segundo problema: contrariamente ao mundo civil, que é profundamente dividido, o meio militar se caracteriza, após os expurgos que seguiram o golpe de Estado, por uma homogeneidade bem maior. A recusa de uma classe política “corrompida” e “irracional” e a convicção de que só as Forças Armadas podem mudar o país são os sentimentos mais amplamente compartilhados e aceitos no seio das casernas (Martins Filho, 2014).

O autor considera que a construção de uma identidade militar mais coesa em torno do projeto ditatorial (em contraposição a uma identidade civil mais heterogênea), seria um fator que fortaleceria a problematização do uso do termo “civil-militar”. Essa “homogeneidade” militar estaria cimentada por uma certa mistura de liberalismo de inspiração estadunidense, de doutrinas francesas e de um

conservadorismo tipicamente brasileiro²².

A despeito do fato de Martins filho insistir que no seio militar essa pretensa homogeneidade é mais tangível do que para a categoria civil (ainda que o autor conheça a existência de “tensões” no seio militar), o fato é que pretendemos que tais terminologias definam menos uma descrição da totalidade dos grupos integrantes da ditadura, e mais uma demarcação de uma complexidade intrínseca, que é civil e militar. Ainda que admitamos que certa homogeneidade essencial prepondera sobre o caráter sensivelmente diverso dos grupos militares que estiveram no poder (cujas diferenças inclusive levaram a disputas acirradas em seus centros decisórios), o que precisa ser sublinhado é que o uso da terminologia “civil” não sugere que todos os civis teriam participado da ditadura, do mesmo modo que a designação “militar” não estabelece que todos os militares estiveram a conduzindo enquanto grupo unísono²³. Uma vez mais, reforçamos que aponta para a complexidade de sua constituição, e para a relação dialógica que a própria terminologia logra alcançar, ao pensar a natureza desse regime como uma construção que não pode ser pensada como meramente militar, evitando uma chave de leitura de exogenia das Forças Armadas em relação à sociedade.

Finalmente, para tocarmos em mais um aspecto deste texto, o autor ainda recorre ao importante trabalho de Maria Helena Moreira Alves, e sua formulação do termo “Estado de segurança nacional”, para reforçar o argumento crítico em torno do termo “civil-militar”. Relembrando o trabalho de Alves, o autor confere centralidade ao papel da Escola Superior de Guerra (ESG), e da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, como balizas importantes para a atuação do regime, e de sua natureza “militar”, reforçando com isso a tese da coesão entre os militares, e da sua centralidade conceitual essencial. Convém, no entanto, ressaltar um dado histórico importante, do qual a própria Alves se ocupa, e que se refere à própria composição

²² Vale frisar que a opção defendida por Martins Filho, explicitada em seu artigo, se baseia também numa retomada do próprio estudo que o cientista político desenvolveu em sua tese de Doutorado, quando estudou as crises políticas no seio dos militares durante o período da ditadura. Para ele, por certo, o conjunto destas crises que caracterizaram a dinâmica política do regime foi produzido no seio particular dos militares. Daí também a recusa de se considerar o termo “civil” na designação da ditadura, na medida em que tais crises estiveram constituídas por disputas específicas entre os grupos militares envolvidos em sua condução (Martins Filho, 2019, p. 9-12). Vale também conhecer a entrevista concedida por este autor ao canal “História da Ditadura”, no *Youtube*, projeto conduzido por jovens historiadores e historiadoras brasileiras.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ZQSIIsEez8>. Acesso em: 15 ago. 2022.

²³ Neste aspecto, convém ainda indicar algumas produções que tematizam a questão da perseguição a militares expulsos e perseguidos após o golpe, o que reforça a atenção à heterogeneidade entre os militares então em atividade. Ver, neste sentido, trabalhos como o de Cunha, 2014 e o de Cardoso, 2013. Documentário pertinente ao tema é o de Silvio Tendler intitulado *Militares da democracia: os militares que disseram não* (2014).

social da ESG. Pensá-la como um organismo eminentemente militar, torna parcial a compreensão de sua complexidade e natureza. Para esta autora, a referida instituição:

[...] não contava apenas com oficiais militares, mas também com civis das classes mais altas em seu quadro permanente e entre professores convidados, conferencistas e alunos. A participação civil tendia a aumentar com o passar dos anos. Entre 1950 e 1967, 646 dos 1.276 graduados da ESG eram civis (Alves, 1989, p. 24).

Diante do exposto até aqui, é importante salientar que não se trata de questionar o fato de que os cargos centrais da estrutura do poder estiveram nas mãos de militares. Esse é um dado empírico fundamental e incontornável. Nem se pretende apagar que os agenciamentos repressivos se fundamentaram em lógicas militares de incursão estratégica contra um inimigo comum, o “subversivo”, vinculados à chamada “Doutrina de Segurança Nacional”. O que se concebe entretanto é que o funcionamento, a viabilidade, o aparato de tais esquemas de poder coercitivo, além de sua montagem e deflagração, não seriam possíveis sem a participação fundamental de círculos civis que os integraram em diferentes graus de atuação e importância: seja na espionagem, na propaganda, na condução das torturas, no desaparecimento, nas articulações políticas, cooptações, denúncias, administração técnica, cargos operacionais.

Pensar o conjunto destas ações como estritamente militares, toma, a nosso ver, uma apreensão turva da própria natureza da ditadura, além de apostar numa chave de exogenia, que concebe as Forças Armadas, em certa medida, como uma instância que operaria fora (ou sobre) da sociedade. Destacar o termo civil para caracterizar a ditadura é sinalizar para os avanços de pesquisa alcançados nos últimos anos, não significando dizer que toda a sociedade costurou consensos e consentimentos com a sua ditadura, mas sendo justo afirmar que parte significativa dela esteve no centro da engrenagem, e que também se beneficiaria de seus projetos de acelerada modernização capitalista pela via do autoritarismo.

Considerações Finais

Tomamos a adição do termo civil-militar à caracterização da nossa última ditadura como válida, por compreendermos ter havido a convivência e/ou participação importante de determinados setores civis, desde o golpe civil-militar, assim como na

longa duração da ditadura brasileira, em cargos administrativos e de comunicação, investimentos financeiros, partilha de informações, em todos os níveis da federação. Afinal, seria impossível negarmos o apoio de figuras do setor político, de meios de comunicação que ascenderam sensivelmente, e dos beneficiados com o chamado “milagre” econômico brasileiro.

Portanto, o avanço de pesquisa e polêmicas historiográficas emergentes, tendo como base noções como de “consentimento” e “legitimidade” como sustentáculos dos regimes autoritários em todo o mundo, permitiu ampliar uma análise que vai além do protagonismo militar. Novos estudos sobre elementos civis e suas diferentes articulações com os governos militares demonstram que estes não assumiram o papel de simples apêndices, na medida em que muitos deles ocuparam posições centrais e determinantes, seja nas esferas federais, estaduais e municipais. Políticos civis, empresários, camadas médias e populares foram receptores da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional, crenes de sua “revolução” e colaboradores públicos ou anônimos dos militares e civis golpistas²⁴.

Entretanto, é importante ponderar que se parte dessa sociedade apoiou e vibrou com a ditadura, muitos silenciaram diante da cultura do medo que se instalou no interior dos laços familiares e de amizades, levando-os à autocensura e à autorrepressão, consolidando o que poderíamos chamar de uma “área cinzenta”, que também ajuda a explicar a longevidade da ditadura.

Enfim, deixar de enfrentar este debate e adotar novamente o uso do termo “regime militar” como categoria explicativa, é retroceder no tempo em que os estudos sobre este período da História do Brasil estiveram sob certa tutela da produção de cientistas políticos. Seu uso desconsidera o quanto o campo da historiografia da ditadura ganhou autonomia e independência em matéria de natureza argumentativa e empírica frente aos modelos explicativos estruturantes propostos pelos cientistas sociais, tendo inclusive espessado sua relação implicada com as fontes históricas que foram gradualmente se revelando.

Da tentativa de superação do período ditatorial no Brasil, figura a necessidade de compreendê-la em sua natureza específica, em suas nuances particulares, atentando para os processos históricos que a viabilizaram enquanto projeto de interdição de trajetórias, projetos e movimentos sociais e políticos.

²⁴ Para uma análise mais aprofundada, por exemplo, da relação entre os políticos civis paulistas e a ditadura, vale lembrar o livro de Célia Costa Cardoso, *O Estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983)*.

Neste debate, os esforços historiográficos, que vigorosamente vêm se complementando em torno de categorias e marcadores úteis para a compreensão desta quadra histórica apontam para uma contínua renovação conceitual e das metodologias de análise das fontes. Sob o influxo de novas percepções sobre a relação da sociedade com governos ditatoriais, especialmente relacionadas à constituição e propagação do nazifascismo europeu, historiadoras e historiadores brasileiros têm incorporado conceitos e categorias renovadas e, adaptando à realidade brasileira, empreendido instigantes apontamentos e análises.

Neste cenário, a formulação e o debate que se seguiu em torno da categoria “ditadura civil-militar” tem sintetizado esforços científicos e políticos para uma compreensão que avança, no que tange à composição, funcionamento e rede de apoio que a ditadura constituiu em torno de si. Comprovadamente dirigida por círculos militares, a julgar pela própria composição do Conselho de Segurança Nacional, seu funcionamento e rotina estiveram a cabo, no entanto, de uma cadeia complexa, em que setores civis tiveram papel fundamental. O que esses esforços historiográficos têm demonstrado é que a tarefa de compreender melhor esta cadeia é condição política de grande monta para a relação (no presente) da sociedade com esta memória. Assim, se julgarmos esta e outras ditaduras como decorrentes de decisões oriundas de homens fardados que, apesar de se dirigirem à, estão externos à sociedade civil, turvaremos nossas vistas. A chave de exogenia, que é acionada pelo termo “ditadura militar”, implica politicamente na reificação da recusa de se compreender setores da sociedade civil como parte integrante fundamental do regime ditatorial e de sua tomada de decisões²⁵.

A construção de uma história social multifacetada da última ditadura no Brasil, processo em curso, com o reconhecimento de sua complexidade e dos comportamentos sociais que lhe asseguraram viabilidade e longevidade, emerge como uma tarefa fundamental no tecido social. Tomando a produção historiográfica como o ato político que é, em tempos de lutas contra o obscurantismo e o recrudescimento de proposições autoritárias, o devir histórico nos convoca a pensarmos sobre as possibilidades e limites das nossas próprias responsabilidades.

²⁵ Neste sentido, consideramos pertinente a leitura de trabalhos como Figueiredo, 2015; Almeida, 2012; Cardoso, 2014; além dos artigos que integram as coletâneas de Rollemberg; Quadrato, 2010. Também o capítulo do relatório da Comissão Nacional da Verdade que trata do tema da colaboração dos civis na ditadura dota-se de significativa relevância (Lemos *et al*, 2014, p. 313-338).

Referências

- ALMEIDA Anderson da Silva. **Todo leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil da rebelião de 1964 à anistia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**. Tradução: Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CARDOSO, Célia Costa. **O Estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983)**. São Cristóvão: UFS, 2014.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Os Discursos de Celebração da ‘Revolução de 1964’. **Revista Brasileira de História**, [s. l.], v. 31, p. 117-140, 2011.
- CARDOSO, Lucileide Costa. A imagem da capa. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, [s. l.], ano 7, n. 83, p. 4, ago. 2012.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Werneck Sodré: censura, repressão e resistência. **Anos 90**, v. 20, n. 37, p. 237-267, 2013.
- CARDOSO, Lucileide Costa. 50 anos depois: discursos de memória e reconstruções históricas sobre o Golpe de 1964 e a ditadura brasileira. *In*: LOFF, Manuel (Coord.). **Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2014. p. 375-402.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Rastro de perseguição no DEOPS: trajetória, enquadramento na LSN, e resistência de um historiador”. **Revista Binacional Brasil Argentina**. Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-62, jun. 2014a.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Volta à Ditadura? Retorno da Utopia Autoritária presente nas Memórias de Militares e Civis de 1964. **Revista Contenciosa**, [s. l.] v. 8, p. 1-11, 2018.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CHIRIO, Maud. **La politique des militaires. Mobilisations et révoltes d’officiers sous la dictature brésilienne (1961-1978)**. Tese de Doutorado. Paris: Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2009.
- CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

- FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *In: Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos. O breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- LEMONS, Renato *et al.* Os civis que colaboraram com a ditadura. *In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório*, v. 2, Textos Temáticos, Brasília: CNV, 2014. p. 313-338.
- LINZ, Juan. “I - Regimes autoritários”; “II – O problema de uma tipologia de regimes autoritários”; “III – Ao encontro de uma tipologia dos regimes totalitários”; “IV - Regimes autoritários burocrático-militares”. *In: PINHEIRO, P. S. (org.). O estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p. 121-169.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A Guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, UFMG, Belo Horizonte, n. 28, p. 1-18, dez. 2002.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Adieu à la dictature militaire?. **Brésil (s): Sciences humanizes et sociales, Dossier: Le coup d ´Etat militaire 50 ans après**. Tradução: Annick Grandemange, p. 17-32, 2014.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969)**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2019.
- MELO, Demian Bezerra de. Ditadura ‘civil-militar’?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, [s. l.], ano 13, n. 27, p. 39-53, 2º semestre 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Revista Páginas*, [s. l.], ano 8, n. 17, p. 9-25, maio/ago. 2016.
- NEUMANN, Franz. **Estado democrático e estado autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janáina (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”. *In*: REIS FILHO, Daniel A. *et al* (org.). **Versões e ficções: O Sequestro da História**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 31-45.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 83, p. 31-35, ago. 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Daniel Aarão Reis: as conexões civis da ditadura brasileira. [Entrevista cedida a] Leonardo Cazes. **Blog O Globo**, 15 fev. 2014. Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/daniel-aarao-reis-as-conexoes-civis-da-ditadura-brasileira-524443.html>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. (Revista e ampliada).

RODEGHERO, Carla Simone. Os historiadores e os estudos sobre o Golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. **L 'Ordinaire Latino-Americano**, [s. l.], n. 203, p. 93-123, 2006,

ROLLEMBERG, Denise. “Marighella, 40 anos depois: entrevista especial com Denise Rollemberg”. **Revista IHU Online**, [s. l.], nov. 2009. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/27076-marighella40-anos-depois-entrevista-especial-com-denise-rollemberg>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Uma história vigiada. *In*. ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins (org.). **Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil**. Salvador: Saga, 2021.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (3 volumes).

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964, quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, dez. 2007

STOPPINO, Mario. Verbete ‘Ditadura’. *In*: BOBBIO *et al* (org.). **Dicionário de política**. Brasília. 11a. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 368-379.